

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PROCESSOS PSICOLÓGICOS E A TERAPIA OCUPACIONAL*

Maria Isabel Garcez Ghirardi**

GHIRARDI, M.I.G. Educação inclusiva, processos psicológicos e a terapia ocupacional.
Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.11, n.1, p.13-6, jan./abr., 2000.

RESUMO: Esse texto, apresentado no VI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, buscou refletir sobre questões relativas às práticas atuais de inclusão social voltadas à população de pessoas com deficiência mental. Focalizaram-se as práticas educacionais e especificamente aquelas voltadas à profissionalização dessas pessoas.

DESCRITORES: Terapia ocupacional, educação. Pessoas deficientes. Socialização.

Gostaria de iniciar agradecendo à comissão organizadora do Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional pelo convite para participar desta mesa de debates.

A primeira questão que gostaria de discutir diz respeito à noção de educação inclusiva, que dá título a esta mesa.

À primeira vista pode parecer uma redundância pensar em educação inclusiva, uma vez que, pelo menos teoricamente, o sistema educacional deveria contemplar todos os cidadãos, sendo portanto uma prática de inclusão social por excelência.

Por outro lado, todos sabemos que na prática o sistema educacional é classificatório, e tem sido historicamente mais responsável por promover a exclusão social do que propriamente fomentar a inclusão.

Para BOURDIEU (1983)¹, a classificação escolar é uma discriminação social legitimada e que recebe a sanção da ciência, sendo que através da classificação escolar é possível reproduzir determinados valores hegemônicos legitimados enquanto um saber científico.

Fica claro, portanto que a escolarização não é um processo democrático em sua origem, mas sim um

* Trabalho apresentado em mesa redonda no VI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, em Águas de Lindóia, SP, 28 set. a 1 out. 1999.

** Professora Doutora do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, FMUSP.

Endereço para correspondência: Centro de Docência e Pesquisa em Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, FMUSP. Rua Cipotânea, 51. 05360-160. São Paulo, SP. e-mail: centroto@edu.usp.br

processo que produz a exclusão, à medida em que estabelece um sistema de conformidade imprescindível à própria noção de educação.

Como pensar, dentro desse quadro, a questão da assim chamada educação inclusiva das pessoas com deficiência mental, pessoas estas que têm sido tradicionalmente colocadas dentro de um sistema educacional à margem do sistema regular, que é o sistema da educação especial?

Antes de mais nada é necessário ponderar que a educação regular nunca esteve voltada às necessidades das pessoas com deficiência mental até porque, essas pessoas por definição teriam um déficit justamente no aspecto psicológico que conhecemos como inteligência.

Esse fator, tão fundamental ao desempenho escolar, que se constitui num dos poucos aspectos que a escola se preocupa em quantificar. As escolas têm profissionais contratados para esse fim, ou seja, aplicar testes de inteligência os quais muitas vezes serão o argumento para justificar a exclusão escolar, permitindo que permaneçam no interior do sistema educacional apenas aqueles sujeitos considerados passíveis de realimentar esse mesmo sistema.

Assim, podemos afirmar que, de uma certa maneira, a deficiência mental é um fenômeno produzido também pelo sistema escolar e que se opõe à noção de inteligência construída a partir dos testes de QI.

Por outro lado, a justificativa que historicamente norteou a estruturação de todo um sistema educacional voltado às pessoas com deficiência mental nos remete à concepção científica e às representações sociais construídas em torno da pessoa com deficiência mental.

Essa pessoa tida como alguém que, além de um comprometimento intelectual, teria também uma dificuldade no assim chamado comportamento adaptativo. A educação especial se constituiu pautada pela idéia de que seria possível corrigir, ou pelo menos atenuar, esses desvios individuais, desde que fossem oferecidas condições específicas de ensino. Daí decorre, como sabemos, toda uma metodologia de ensino voltada para pessoas com necessidades especiais.

É de se esperar, portanto, que haja uma tremenda resistência aos assim chamados modelos de educação inclusiva, no que toca à população de pessoas com deficiência mental.

Atualmente há uma tendência a se discutir processos de inclusão educacional para pessoas com

deficiências físicas ou mesmo sensoriais, mas temos observado que se essa discussão tem alcançado êxito na proposição de modelos de inclusão escolar, ela tem avançado lentamente no tocante à população de pessoas com deficiência mental ou com outros distúrbios cognitivos e afetivos.

É necessário que se pense na função social da educação regular para que se possa compreender que a resistência aos modelos inclusivos não é devida unicamente a processos psicológicos do aluno, do professor ou de qualquer outro componente do sistema educacional.

Há todo um processo histórico de construção da idéia de exclusão social que precisa ser considerado se quisermos de fato superar as dificuldades atuais nesse campo. Há todo um processo de produção de exclusão social que não pode ser esquecido, para que não se caia no pensamento simplista que propõe soluções técnicas para problemas éticos.

O processo de produção da inclusão social, ou ainda da inclusão educacional está além da simples competência de desempenho técnico para vencer eventuais barreiras - físicas ou psíquicas - que demarcam os processos de exclusão do sistema educacional.

É necessário, então, que estejamos atentos para não reduzirmos toda a discussão em torno da educação inclusiva apenas a seus aspectos técnicos. Se assim o fizermos corremos o risco de apenas travestir com novos discursos as velhas práticas segregadoras.

Digo isto, porque recentemente tive a oportunidade de realizar um estudo sobre um aspecto específico do processo educacional, que é a educação profissionalizante. Nessa ocasião tive a oportunidade de observar, na prática, como a idéia de educação profissionalizante inclusiva tem se operado e como os técnicos, terapeutas ocupacionais por exemplo, têm trabalhado com a idéia de inclusão.

Acredito que o caráter filantrópico que marca as relações sociais estabelecidas com as pessoas com deficiência mental é um dos fatores que contribui para a produção de uma dada representação social acerca da deficiência mental, a qual interfere fortemente também nas ações voltadas à inclusão profissional dessa população.

Embora a discussão da inclusão comece a ser colocada para a população de pessoas com deficiência mental, ainda hoje grande parte das ações voltadas à educação profissionalizante dessas pessoas, são calcadas em práticas segregacionistas e assistencialistas.

Práticas essas que se voltam mais à assistência às pessoas com deficiência mental, tidas como dependentes dessa mesma assistência e incapazes de contribuir, de participar de forma positiva da vida social.

Atualmente, as instituições filantrópicas de assistência, vêm propagando um discurso segundo o qual estaria ocorrendo, mesmo dentro dessas instituições, uma mudança no enfoque do processo de educação profissionalizante visando a inclusão social da pessoa com deficiência mental.

Ocorre, porém, que não se observa de fato um avanço nesse processo de inclusão. Acreditamos que as ações filantrópicas, pelas bases sobre as quais estão assentadas, colocam-se no mais das vezes como obstáculos no caminho que leva à inclusão social da pessoa com deficiência mental, colaborando para que se fortaleça uma atitude social de negação do lugar de sujeito a essas pessoas e impedindo com isso a possibilidade de sua inclusão profissional.

Embora seja conhecida no Brasil, a proposta de Emprego Apoiado ainda não têm sido implementada como uma possibilidade no caminho da educação profissionalizante, sendo as Oficinas Protegidas de Trabalho o paradigma privilegiado e ainda hoje predominante quando se pensa na profissionalização das pessoas com deficiência mental.

Sabemos que a proposta de Oficina Protegida como forma de intervenção tem se mostrado como um modelo que tende a perpetuar a situação de exclusão, mantendo a pessoa com deficiência mental sem contato imediato com o mercado aberto. Reiterando a concepção de que a inclusão social depende prioritariamente das possíveis transformações que venham a ocorrer na pessoa com deficiência e passando ao largo de toda a complexidade das relações sociais envolvidas nesse processo.

Assim, algumas instituições vêm propagando mudanças em sua abordagem de habilitação profissional, realizando projetos que, segundo essas mesmas instituições, são pautados pelo modelo de Emprego Apoiado. Porém, o que pude observar foi que ainda que se pretenda uma mudança de abordagem em relação aos aspectos de profissionalização, nota-se que esta mudança se atém ao aspecto do discurso e não se efetiva na prática.

Os programas de educação profissionalizante pautados pelo paradigma das Oficinas Protegidas têm um caráter linear, ou seja, entendem a inserção profissional no mercado como consequência quase exclusiva

de um bem realizado processo de treinamento, privilegiando a mestria técnica como fator fundamental para o sucesso do programa.

Essa característica permite que se identifique o lugar dessas práticas profissionalizantes dentro do arcabouço das práticas de reprodução da exclusão social, uma vez que o fracasso do programa de treinamento tende a ser atribuído à pessoa com deficiência mental e jamais a uma insuficiência do próprio programa de treinamento.

Sabemos que a inclusão social, especialmente no trabalho, não é uma proposta banal, cuja complexidade possa ser reduzida à mestria dos técnicos ou ao potencial de habilidades da pessoa com deficiência mental. Na prática, observamos que os aspectos de grande complexidade relativos à inclusão social da pessoa com deficiência mental tendem a ser reduzidos ao âmbito da ação do binômio terapeuta/paciente, ou ainda educador/aprendiz.

Por outro lado, o alcance das ações de educação profissionalizante não se limita a propiciar condições para que a pessoa com deficiência mental desenvolva as habilidades necessárias ao exercício profissional, mas atua também de maneira pedagógica quando pretende ensinar hábitos de trabalho aos aprendizes.

Esse é um aspecto que me parece relevante no que tange à possibilidade de uma educação profissionalizante inclusiva da pessoa com deficiência mental, ou seja, a Oficina Protegida pretende ser uma instituição voltada ao ensino de um ofício, para que a pessoa possa buscar o engajamento profissional em outros espaços. Por outro lado, ao pretender realizar também o treino de chamados aspectos sociais do trabalho, a instituição reitera socialmente sua atribuição dita terapêutica ou mesmo pedagógica de busca de normalização da pessoa com deficiência.

Assim o técnico que trabalha na Oficina acumula a função de professor de um ofício (treino de habilidades) e de terapeuta (treino de hábitos e aspectos sociais relacionados à situação de trabalho). Ou seja, o técnico é, ao mesmo tempo treinador e terapeuta, prevalecendo-se dessa possibilidade para relacionar-se ora com o aprendiz, ora com a pessoa com deficiência, de acordo com a conveniência da ocasião.

Uma vez que o espaço de habilitação profissional se confunde com o espaço clínico terapêutico, cria-se uma situação em que tanto os técnicos quanto os usuários das Oficinas chegam a perder de vista os objetivos que os colocam no mesmo espaço.

Nesse jogo em que a pessoa com deficiência ora é aprendiz, ora é paciente, desenrola-se a busca pela colocação profissional e um eventual fracasso é atribuído basicamente a barreiras de ordem social, quando não à própria incapacidade aqui entendida como consequência natural da deficiência mental.

Nas instituições que têm buscado implementar programas pautados pela proposta de Emprego Apoiado, é a própria equipe técnica que realiza o contato com possíveis empresas empregadoras. Porém essas empresas, segundo o discurso dos agentes institucionais, por desconhecem estigmatizam o trabalho da pessoa com deficiência mental.

Por outro lado, a instituição não se propõe a acompanhar a colocação profissional no local de trabalho, como preconiza o modelo de Emprego Apoiado, a fim de enfrentar justamente o preconceito e as barreiras sociais que se erguem em oposição à inclusão de funcionários que tenham deficiência mental, nos quadros da empresa.

Sabemos que as propostas de Emprego Apoiado e de Oficina Protegida de Trabalho partem de pressupostos antagônicos no que diz respeito ao reconhecimento do lugar social da pessoa com deficiência mental, o que torna impossível que um mesmo grupo de pessoas de uma mesma instituição possa realizar as duas propostas de forma concomitante e satisfatória.

Assim, uma vez que as Oficinas Protegidas são ainda modelos referenciais no Brasil quando se pensa em profissionalização da pessoa com deficiência mental, a representação que se estabelece do potencial de trabalho, de produção social dessas pessoas está estreitamente vinculada à imagem de dependência que decorre dessa assistência de caráter filantrópico.

Dessa forma, vive-se uma situação em que as perspectivas de uma educação profissionalizante inclusiva ainda se constituem num esboço pouco nítido de ações que, embora necessárias, não se efetivam por não enfrentarem incisivamente a imagem e a produção de representações sobre a deficiência mental que têm estado ligadas a ações de exclusão operadas pelas instituições de assistência ao deficiente mental.

Gostaria de encerrar comentando sobre o último tópico que dá título a essa mesa: a terapia ocupacional.

Acredito que cabe também a nós terapeutas ocupacionais aceitar o desafio de inventar novas formas possíveis de inclusão social. Penso que como terapeutas ocupacionais devemos nos valer de nossos quarenta anos de competência profissional (que comemoramos neste congresso), para lidar com situações de extrema fragilidade social e buscar formas de evitar que a banalização dos discursos venha a se constituir em mais uma barreira a se opor à construção de uma sociedade diversa.

GHIRARDI, M.I.G. Inclusive education: psychological process and the occupational therapy. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.11, n.1, p.13-6, jan./abr., 2000.

ABSTRACT: This text, presented at the VI Brazilian Congress of Occupational Therapy, aimed at discussing present practices related to social inclusion of disabled persons. We have focused specifically on practices concerning the professional role of such population.

KEY WORDS: Occupational therapy, education. Disabled persons. Socialization.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1983.

Recebido para publicação: 25/10/1999

Aceito para publicação: 22/12/1999